

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA PIRES RODRIGUES

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL NO PERÍODO 1999 A 2012

CURITIBA

2014

ANA PAULA PIRES RODRIGUES

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL NO PERÍODO 1999 A 2012

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Angela Welters

CURITIBA

2014

## TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA PIRES RODRIGUES

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL NO PERÍODO 1999 A 2012

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

---

Professora Doutora Angela Welters  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

---

Professor Doutor Fernando Motta Correia  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

---

Professor Mestre Adilson Antonio Volpi  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 02 de junho de 2014.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a realizar meus ideais e me encorajaram a enfrentar todos os momentos difíceis da vida.  
Ao meu esposo Nilo, pelo carinho e compreensão.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida, benção e proteção.

Aos meus pais, pelo amor, carinho e apoio incondicional.

Ao meu esposo Nilo, pelo carinho, paciência e apoio nos momentos de dificuldades.

Ao meu irmão e às minhas lindas sobrinhas, pelo carinho e amizade.

Aos familiares, amigos e colegas pela amizade e companheirismo, especialmente às queridas amigas Carin, Debora e Talita, por terem compartilhado sofrimentos e alegrias desde o início da graduação.

À professora Angela Welters, pela orientação, confiança e paciência que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

## RESUMO

Historicamente o Brasil vem apresentando elevada desigualdade de distribuição de seus rendimentos. Uma disparidade extrema, que tem contribuído para excluir grande parte da população dos requisitos mínimos necessários para uma vida digna. Tanta desigualdade, se não combatida, tende a agravar ainda mais os problemas socioeconômicos do país. No entanto, o que se constatou até o final da década de 1990, é que esta situação não tem melhorado, pelo contrário, apenas tem se confirmado a tendência de continuidade e estabilidade da desigualdade de renda. Sendo assim, o objetivo deste estudo é mostrar a situação distributiva atual, descrevendo a evolução da desigualdade de renda do Brasil no período 1999 a 2012, a partir da análise da distribuição de renda familiar per capita. Para isso, foram empregados os principais índices de mensuração da concentração de renda utilizados atualmente. Como resultado do estudo, verificou-se que neste período houve redução da desigualdade distributiva. Porém, a redução observada ainda está longe de livrar o Brasil de fazer parte da lista dos países com pior distribuição de renda do mundo.

Palavras chave: Desigualdade. Renda. Distribuição de renda.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2 O PROBLEMA HISTÓRICO DA DESIGUALDADE</b> .....	6
<b>3 MEDIDAS DE DESIGUALDADE</b> .....	8
3.1 COEFICIENTE DE GINI.....	8
3.2 ÍNDICE THEIL T.....	9
<b>4 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL</b> .....	10
<b>5 O BRASIL E O MUNDO: UMA COMPARAÇÃO DA DESIGUALDADE</b> .....	17
<b>CONCLUSÃO</b> .....	21
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	23

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta a evolução da desigualdade de renda no Brasil no período 1999 a 2012. Trata-se da interpretação e descrição do comportamento das principais medidas de mensuração da desigualdade de renda, com o intuito de que se permita constatar a situação atual da distribuição de renda do país.

Vale frisar que o objetivo final deste trabalho não é explicar o porquê da variação da desigualdade, mas meramente quantificá-la. Assim, na próxima seção apresentamos o problema histórico da desigualdade do nosso país. Na seção 3, descrevemos dois dos indicadores empregados para desenvolver a análise: o coeficiente de Gini e o índice de Theil.

Em seguida, na seção 4, a partir da interpretação dos indicadores utilizados, detalhamos a desigualdade de renda do Brasil e suas regiões no período 1999 a 2012. Na seção 5, comparamos a desigualdade de rendimentos do Brasil com a dos demais países do mundo, principalmente nossos vizinhos da América Latina. Finalmente, na última sessão, apresentamos uma breve conclusão a respeito do trabalho realizado.



## 2 O PROBLEMA HISTÓRICO DA DESIGUALDADE

Em comparações internacionais, o Brasil se destaca pela elevada desigualdade da distribuição da renda. Essa extrema disparidade pode ser associada ao processo de povoamento e evolução econômica, que acabou por centralizar nas mãos de poucos a riqueza do país, antiga colônia de Portugal. Um aspecto fundamental é, sem dúvida, a elevada concentração da posse da terra, quando a economia tinha como núcleo a produção e exportação de produtos primários. (HOFFMANN, 2001)

No entanto, o assunto só veio a ser discutido com mais intensidade no Brasil a partir da década de 1970, quando foram divulgados os dados do Censo Demográfico referente ao período 1960 a 1970. A partir desses dados foram realizadas pesquisas (FISHLOW, 1972; HOFFMANN & DUARTE, 1972) que constataram aumento da concentração de renda no período, o que gerou forte discussão sobre os motivos do aumento. Muitos atribuíam à política econômica de 1964 a maior responsabilidade por esse avanço da desigualdade de distribuição de renda (HOFFMANN, 2001).

Em 1973, Langoni realizou um estudo mais profundo sobre o agravamento distributivo da renda da década de 1960. De acordo com o autor, o aumento da desigualdade de distribuição agregada no período se deve à combinação de ganhos relativos pequenos (inferiores a 10%) dos grupos de renda média próxima ao salário mínimo, e de ganhos extremamente elevados dos decis superiores (67%). Assim, enquanto a renda relativa no primeiro grupo sofria uma redução da ordem de 22%, a do último grupo aumentava praticamente na mesma proporção. A análise também constatou redução na participação relativa de todos os grupos na renda total, exceto dos 10% mais ricos que aumenta sua fatia do bolo em 20% (LANGONI, 1973, p. 66).

Langoni (1973) destaca a existência de determinadas variáveis (idade, sexo, atividade, região, educação) que contribuem para aumentar ou diminuir o grau de desigualdade de renda dos indivíduos, sendo que, dentre elas, a que mais explica o agravamento distributivo é a variável educação. Entretanto, a principal conclusão de seu estudo foi que o avanço da desigualdade é consequência dos desequilíbrios de mercado peculiares do processo de desenvolvimento. Sendo assim, o autor recomenda que sejam traçadas políticas com objetivo de redistribuir oportunidades,

erradicar a pobreza e, ao mesmo tempo, reduzir as possibilidades de ganhos extras decorrentes de desequilíbrios entre oferta e demanda, característicos da aceleração do crescimento.

A explicação do fato seja destacando a política governamental (políticas socioeconômicas, bem como a repressão a movimentos sociais), seja considerando o aumento da desigualdade uma consequência normal da instabilidade do mercado em período de rápido crescimento econômico, ambas as interpretações sugerem que o próximo passo seria reduzir a desigualdade de distribuição de renda. Porém, não foi o que ocorreu ao longo da década de 1980. (HOFFMAN, 2001).

Na década de 1980, o processo inflacionário contribuiu para ampliar ainda mais a desigualdade da distribuição da renda do país. A inflação deteriorou com mais intensidade o poder de compra da parte da população que recebia baixos salários, pois estes não possuíam meios de proteger seu dinheiro da desvalorização. Enquanto isso, os relativamente ricos contavam com a possibilidade de aplicar seus rendimentos em ativos financeiros, e se proteger da erosão inflacionária (DEDECCA; ROSANDISKI, 2006). Deste modo, se agravou ainda mais a desigualdade distributiva da sociedade brasileira. Em 1989 o índice de Gini atingiu seu pico, 0,63, segundo dados do Ipeadata (2014).

A década de 90 marca o fim do padrão de desenvolvimento iniciado nos anos 30. A nova política de abertura econômica implantada expôs a fragilidade do parque produtivo brasileiro em relação aos produtos importados, assim como cooperou para algumas empresas fecharem suas portas. A necessidade de reestruturação das empresas, focando em suas atividades-fim, gerou uma proliferação de contratos de serviços terceirizados. O resultado da terceirização foi uma expansão de formas incomuns de admissão no mercado de trabalho, como por exemplo, empregos sem carteira assinada e profissionais autônomos. (DEDECCA; ROSANDISKI, 2006)

A competitividade também levou as empresas a reduzirem todas as formas de custos. Em vista disso, reivindicavam a redução dos encargos trabalhistas e até a redução efetiva do nível salarial. Assim, quando finalmente a estabilidade monetária foi alcançada com o Plano Real, ao mesmo tempo, a população brasileira experimentou uma piora na situação socioeconômica, com aumento do desemprego, redução do emprego formal, redução da renda média e do nível de consumo das famílias. (DEDECCA; ROSANDISKI, 2006).

Com relação à concentração da distribuição de rendimentos, os dados do Ipeadata (2014) revelam certa estabilidade ao longo da década de 1990. Em 1993, ainda com inflação elevada, o índice de Gini era de 0,6 e manteve-se neste mesmo nível até o ano de 1999, quando obteve pequena redução para 0,59. Ou seja, nos anos 1990 a desigualdade de distribuição de rendimentos foi tão elevada quanto àquela verificada na década de 1970, quando o expressivo aumento foi alvo de diversos debates.

Sendo assim, apresentaremos a evolução da distribuição da renda do Brasil para a década seguinte, a partir de dados do Ipeadata, referente ao período 1999 a 2012. As medidas utilizadas para tal análise serão descritas na próxima seção.

### **3 MEDIDAS DE DESIGUALDADE**

A análise distributiva da renda per capita foi desenvolvida a partir da interpretação das seguintes medidas:

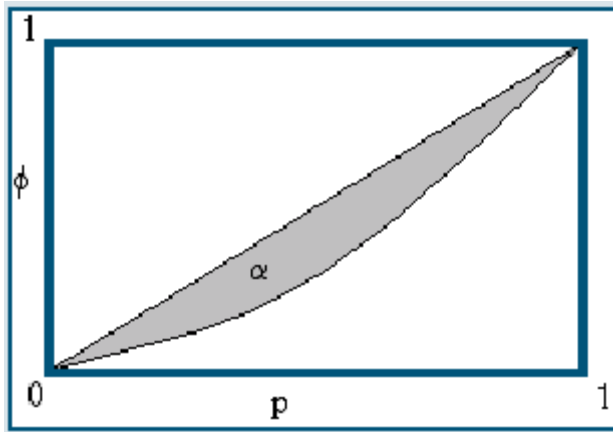
#### **3.1 COEFICIENTE DE GINI**

O coeficiente de Gini é um dos principais índices de desigualdade utilizados. Sua construção é baseada na Curva de Lorenz, a qual mostra como a fração acumulada da renda ( $\varphi$ ) varia em função da fração acumulada da população ( $\rho$ ), sendo que os indivíduos são ordenados pelos valores crescentes da renda. (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2006).

De acordo com BARROS, FOGUEL e ULYSSEA (2006), o coeficiente de Gini corresponde ao dobro da área ( $\alpha$ ) entre a curva de Lorenz e a diagonal, que equivale a distribuição na qual todas as pessoas possuem precisamente a mesma renda. O índice de Gini varia entre 0 e 1, onde 0 representa a perfeita igualdade de renda e 1 representa a completa desigualdade. Assim, quanto mais distante da linha

de perfeita igualdade estiver a curva de Lorenz, maior será o Gini e mais desigual será a distribuição.

GRAFICO 1 – CURVA DE LORENZ



Fonte: BARROS, FOGUEL, ULYSSEA (2006, p.30)

### 3.2 ÍNDICE THEIL T

O índice Theil T é uma medida de desigualdade amplamente empregada para medir a desigualdade de renda. É uma medida de entropia, ou seja, é entendida como a variação ou dispersão da distribuição de renda. É calculado através do logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda. Seu valor zero corresponde à plena igualdade de renda, e quanto maior for a concentração de renda na amostra, maior será o índice de Theil. Para este índice não há limite superior, isto é, tende tecnicamente ao infinito. (BARBOSA; FREITAS, 2012).

Segundo Ramos (1991), o índice Theil T é definido por:

$$T = (1 / N) \sum_i (Y_i / \bar{Y}) \log( Y_i / \bar{Y} )$$

Onde  $N$  é o tamanho da população em questão,  $Y_i$  é o rendimento individual, e  $\bar{Y}$  é rendimento médio da população.

#### 4 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

A análise da evolução da desigualdade de renda no Brasil, ao longo do período 1999 a 2012, foi realizada a partir das medidas de desigualdade descritas anteriormente. Os dados foram extraídos do IPEADATA, uma base de dados mantida pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Conforme podemos verificar na TABELA 1, todos os indicadores revelam um elevado grau de desigualdade de renda no ano de 1999. De acordo com os dados, de 1999 até 2001, o índice de Gini se eleva de 0,59 para 0,60, e o índice de Theil de 0,71 para 0,73, ou seja, a desigualdade aumenta nesses anos. No entanto, a partir de 2002 se inicia um comportamento de queda da concentração de renda para todas as medidas analisadas.

De 2001 até o fim do período analisado, o índice de Gini apresentou redução de 11,7%, passando de 0,60 para 0,53. Cabe lembrar que nos anos de 2005, 2007 e 2012 o índice de Gini não reduz, apenas mantém o mesmo valor do ano respectivamente anterior, sendo que o mesmo ocorre com o índice de Theil em 2009. O índice de Theil, assim como o Gini, apresenta queda da desigualdade, de 0,73 em 2001 para 0,60 em 2012. Diferente das demais medidas, o índice de Theil aumenta do ano 2011 para 2012, de 0,57 para 0,60.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS INDICADORES DE DESIGUALDADE DE RENDA

Evolução Temporal dos Indicadores de Desigualdade de Renda				
Ano	Coefficiente de Gini	Índice de Theil T	Razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres	Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres
1999	0,59	0,71	26,4	22,9
2001	0,60	0,73	27,3	23,3
2002	0,59	0,71	25,0	22,2
2003	0,58	0,69	24,7	21,4
2004	0,57	0,67	22,4	19,9
2005	0,57	0,66	21,7	19,6
2006	0,56	0,64	20,8	18,7
2007	0,56	0,62	20,7	18,1
2008	0,55	0,60	19,2	17,0
2009	0,54	0,60	19,0	16,7
2011	0,53	0,57	17,9	15,6
2012	0,53	0,60	17,3	15,4

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Ipeadata - <http://www.ipeadata.gov.br/>

Importante destacar que não é o foco deste trabalho explicar os fatores que causaram os movimentos dos indicadores, sendo assim, em resumo, a oscilação durante todo o período foi de 0,06 para o índice de Gini, ou seja, redução de 10,8% da desigualdade de renda. O índice do Theil ratifica o resultado, já que também apresenta redução, de 0,71 para 0,60, uma variação de 15,9%. A redução apresentada é significativa se levarmos em conta que a concentração de renda vinha apresentando, nos anos anteriores, uma inaceitável estabilidade. (BARROS, 2001).

Com relação às razões da renda apropriada, apresentam comportamento semelhante ao dos índices de Gini e Theil analisados até o momento. De acordo com a TABELA 1, em 1999 os 10% mais ricos recebiam uma renda média 22,9 vezes superior à dos 40% mais pobres e, no ano 2001 esse valor cresce para 23,3%. A razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres também se eleva entre os anos 1999 e 2001, de 26,4 para 27,3. No entanto, assim como os indicadores de Gini e Theil, as medidas começam a declinar a partir de 2002. Entre 2001 e 2012 a razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres reduz de 27,3 para 17,3, ou seja, diminuiu 36,6%. Neste mesmo período, a razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres também reduz, passando de 22,9 para 15,4, isto é, 32,8% de queda. Sendo assim, o resultado das análises de razão da renda corrobora a favorável redução da concentração de renda identificada pelos índices de Gini e Theil.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO TEMPORAL DA DESIGUALDADE DE RENDA

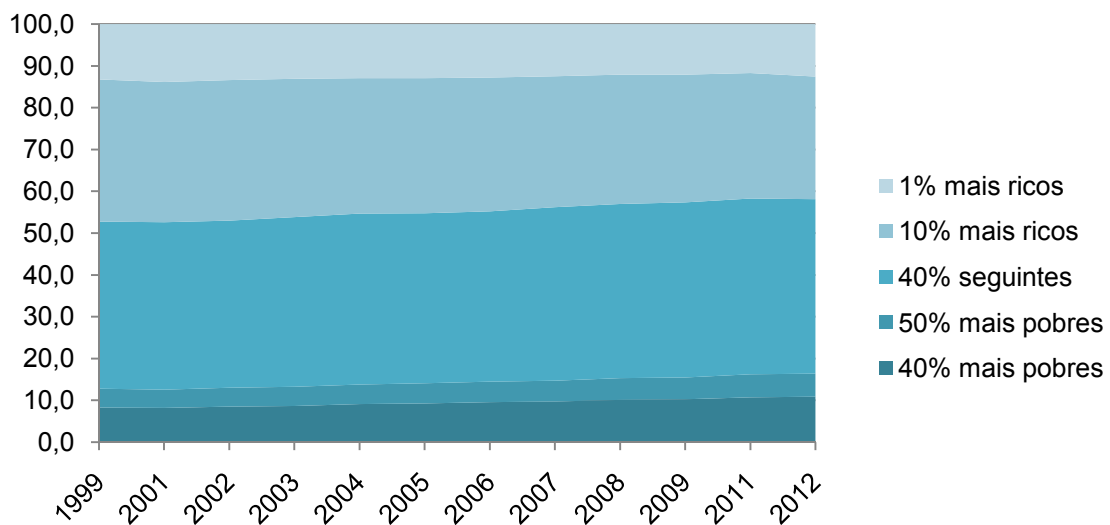
<b>Evolução Temporal da Desigualdade de Renda</b>						
Ano	Percentual da renda apropriada pelas pessoas					
	20% mais pobres	40% mais pobres	50% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	1% mais ricos
1999	2,4	8,2	12,7	63,6	47,3	13,2
2001	2,3	8,2	12,6	63,6	47,4	13,9
2002	2,5	8,5	13,0	63,2	47,0	13,4
2003	2,5	8,6	13,2	62,5	46,2	13,1
2004	2,7	9,1	13,8	61,5	45,3	13,0
2005	2,8	9,3	14,1	61,3	45,3	13,0
2006	2,9	9,6	14,5	60,7	44,8	12,8
2007	2,9	9,7	14,7	59,9	43,9	12,5
2008	3,1	10,1	15,3	59,1	43,1	12,1
2009	3,1	10,3	15,5	58,7	42,7	12,1
2011	3,2	10,7	16,1	57,6	41,8	11,8
2012	3,3	10,9	16,4	57,4	41,9	12,6

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Ipeadata - <http://www.ipeadata.gov.br/>

A análise da evolução da desigualdade também foi realizada a partir da percentagem da renda apropriada, conforme TABELA 2. De acordo com os dados, em 1999 os indivíduos que estão entre os 10% mais ricos da população se apropriam de 47% do total da renda das famílias. No outro extremo, os 50% mais pobres da população detêm apenas 12,7% da renda. Verificamos ainda, que o grupo dos 20% mais pobres se apropria, em conjunto, somente de 2,4% do total da renda. Enquanto isso, o grupo composto pelo 1% mais rico da sociedade concentra uma parcela de 13,2 da renda, cujo valor é superior à apropriada por todos os 50% mais pobres.

De 1999 ao ano 2001, há crescimento da desigualdade de renda, a percentagem de renda apropriada pelos mais ricos aumenta, de 13,2 para 13,9 para os 1% mais ricos, por exemplo. Enquanto isso, a percentagem apropriada pelos mais pobres diminui de 12,7 para 12,6, para os 50% mais pobres. A partir de 2002 os dados revelam uma modesta tendência de queda da desigualdade de renda, e tal comportamento se mantém até o fim do período pesquisado. A percentagem de renda apropriada pelos 10% mais ricos diminui dos 47,4% da renda em 2001, para 41,9% em 2012. A redução também incide sobre os 1% e 50% mais ricos. De maneira oposta, neste mesmo intervalo de tempo, há aumento da renda apropriada pelos mais pobres. A percentagem dos 50% mais pobres, por exemplo, se eleva de 12,6 para 16,4%.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DA RENDA APROPRIADA



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Ipeadata - <http://www.ipeadata.gov.br/>

Apesar do avanço obtido nos últimos anos, a porcentagem de renda em poder dos mais ricos ainda é muito elevada em comparação ao restante da população. O GRÁFICO 2, nos permite visualizar a injusta distribuição de renda do país e sua evolução desde 1999 até o ano de 2012.

O Brasil apresenta ainda, grandes diferenças regionais. A TABELA 3 mostra essas divergências ao apresentar a evolução do índice de Gini da distribuição do rendimento familiar per capita, para o Brasil e suas regiões entre os anos 1999 e 2012. Destaca-se o nível extremamente alto da desigualdade em 1999 para todas as regiões, sendo que os piores índices estão na região Centro-oeste 0,59 e Nordeste 0,60. De 1999 até 2001, o índice de Gini apresenta redução da desigualdade apenas na região Sul, de 0,56 para 0,52. O Norte e Nordeste mantiveram em 2001 os mesmos valores de 1999, 0,56 e 0,60, respectivamente. As demais regiões apresentaram aumento da concentração de renda nestes três anos.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA: ÍNDICE DE GINI

Região	Índice de Gini											
	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Centro-oeste	0,593	0,598	0,595	0,580	0,572	0,577	0,562	0,574	0,567	0,560	0,537	0,531
Norte	0,565	0,565	0,565	0,543	0,541	0,530	0,522	0,535	0,510	0,522	0,535	0,513
Nordeste	0,605	0,600	0,595	0,585	0,583	0,571	0,573	0,564	0,558	0,558	0,544	0,542
Sul	0,562	0,547	0,529	0,531	0,522	0,515	0,506	0,505	0,494	0,491	0,472	0,468
Sudeste	0,559	0,568	0,563	0,557	0,542	0,543	0,537	0,523	0,515	0,511	0,501	0,505
Brasil	0,594	0,596	0,589	0,583	0,572	0,570	0,563	0,556	0,546	0,543	0,531	0,530

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Ipeadata - <http://www.ipeadata.gov.br/>

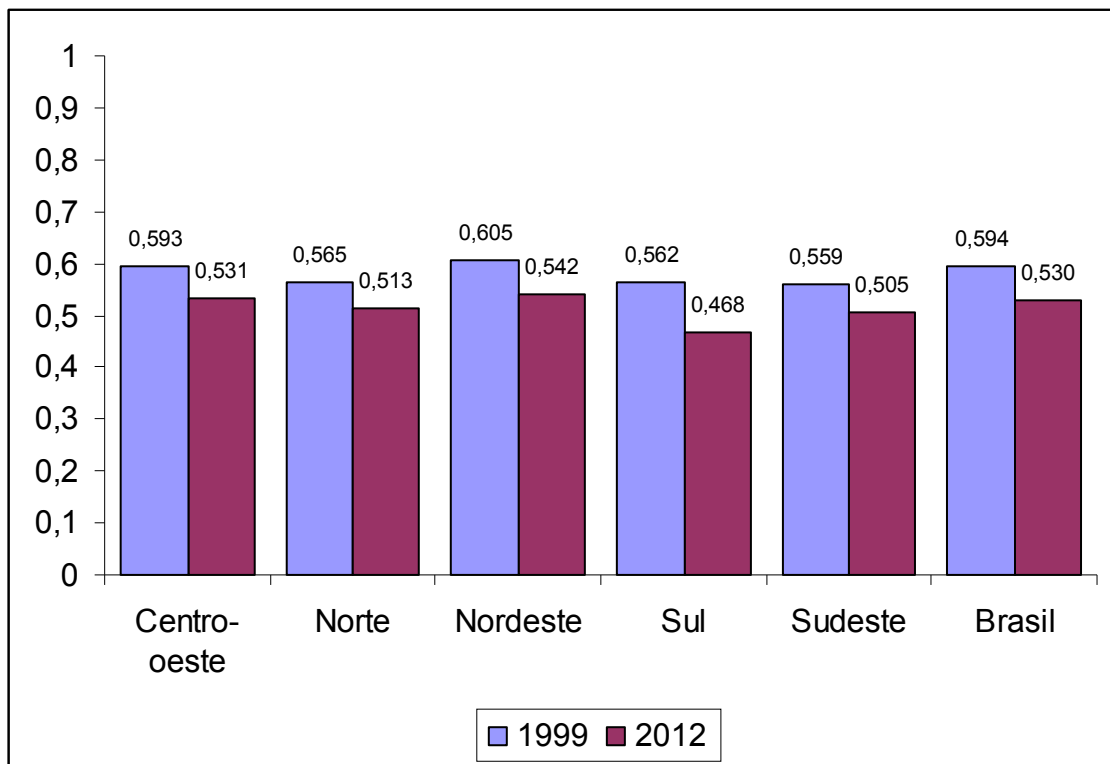
A região sul foi a que apresentou melhor desempenho ao longo de todo o período pesquisado. Inicia com o segundo menor índice (0,56) em 1999, atrás apenas da região sudeste, e reduz 16,7% chegando em 2012 a 0,46. O Nordeste, embora apresente em 1999 a maior desigualdade de todas as regiões (0,60), reduz 10,4%, atingindo 0,54 em 2012. O pior momento desta região foi em 2006, quando manteve os mesmos 0,57 apresentados no ano anterior. As demais regiões alternaram entre momentos de aumento e redução do índice, porém, na média, todas as regiões apresentaram queda da concentração ao longo do período analisado, sendo que a menor variação foi de 9,2%, obtida pela região Norte.



Conforme já havíamos observado anteriormente, o índice de Gini do Brasil como um todo, revela um pequeno crescimento da desigualdade de renda no período 1999 a 2001, passando de 0,594 para 0,596. A partir de então começa a reduzir e assim prossegue até chegar aos 0,53 em 2012.

O GRÁFICO 3 permite visualizar a tendência de queda da desigualdade de renda. Além da melhora apresentada pelo índice, percebemos também diferentes comportamentos entre as regiões. Em 2012 o melhor índice de Gini é da região Sul, Sudeste e Norte, nesta ordem, todos com resultado mais baixo que o Brasil, enquanto que o Nordeste, por exemplo, com queda acentuada, como tinha a maior concentração de renda em 1999 continua com maior desigualdade que o Brasil e as demais regiões.

GRÁFICO 3 - ÍNDICE DE GINI – BRASIL E REGIÕES



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Ipeadata - <http://www.ipeadata.gov.br/>

As diferenças regionais também podem ser verificadas na TABELA 4, onde apresentamos a renda domiciliar per capita média e também a renda domiciliar per capita média por décimo da população para o ano de 1999, e, posteriormente, na TABELA 5, para o ano de 2012. Os valores são apresentados em reais para o Brasil e suas cinco regiões.

De acordo com os dados, a renda média da população em 1999, era de R\$ 669,78. Como o salário mínimo neste ano era igual a R\$ 136,00, então, o rendimento médio da população correspondia a 4,9 salários mínimos. Além disso, apenas os três primeiros décimos mais pobres da população recebem o salário mínimo, os demais recebem valores superiores. Verificamos ainda, que a renda do 7º décimo da população é de R\$ 504,27, valor menor que o rendimento médio da população, e que nos leva a deduzir que mais de três quartos da população recebem menos que a média nacional.

TABELA 4 – RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA - ANO 1999

<b>Renda domiciliar per capita em Reais R\$</b>											
1999	Média da população	Média por décimo da população em R\$									
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
Brasil	669,78	49,45	111,67	165,35	225,37	298,33	382,01	504,27	700,53	1095,04	3165,80
Centro-oeste	716,96	65,32	136,93	189,31	247,56	314,55	394,69	511,78	712,89	1117,35	3479,26
Norte	486,66	44,51	100,77	142,03	184,78	233,63	293,09	376,31	510,26	788,02	2193,22
Nordeste	373,35	32,86	68,93	97,00	126,23	160,53	202,40	263,48	352,73	540,73	1888,65
Sul	765,91	68,10	152,69	221,96	294,87	371,01	470,16	604,93	819,42	1238,14	3417,85
Sudeste	845,51	79,10	172,87	247,61	327,19	407,19	517,70	670,17	908,93	1395,23	3729,07

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Ipeadata - <http://www.ipeadata.gov.br/>

Ao avaliar as regiões identificamos que o Norte e Nordeste tinham rendimentos bem inferiores aos das demais regiões. O rendimento mensal per capita médio no Nordeste, por exemplo, era de R\$ 373,35 em 1999, enquanto no Sudeste a renda média era de R\$ 845,51, ou seja, mais que o dobro do rendimento no Nordeste.

Já na TABELA 5, notamos que a renda média da população em 2012 era de R\$ 962,10. Como o salário mínimo de 2012 era de R\$ 622,00, então, como rendimento médio da população, tem-se um valor que corresponde a 1,5 salários mínimos. No entanto, de acordo com os dados, a renda do 7º décimo da população é de R\$ 804,91, valor menor que o rendimento médio da população, e, portanto, mais de três quartos da população continuam recebendo menos que a média nacional.

As diferenças persistem quando avaliamos as regiões. As regiões Norte e Nordeste, por exemplo, continuam com rendimentos médios menores que o Brasil em geral. O rendimento mensal per capita médio no Nordeste é de R\$ 614,99 em 2012, enquanto no Centro-oeste a renda média é de R\$ 1.174,81, ou seja, quase o dobro do rendimento no Nordeste. Além disso, de acordo com os dados, quem ganhava mais de R\$ 2.500,00 pertencia ao vigésimo mais rico do país, sendo que, no Nordeste, para ser considerado dentro da classe dos 20% mais ricos, bastava que o indivíduo tivesse como renda o valor da média nacional.

TABELA 5 – RENDA DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA - 2012

<b>Renda domiciliar per capita em Reais R\$</b>											
2012	Média da população	Média por décimo da população em R\$									
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
Brasil	962,1	98,48	220,68	315,4	412,69	528,23	664,06	804,91	1050,8	1494,3	4031,5
Centro-oeste	1174,81	151,98	295,19	398,09	508,27	631,15	749,58	921,8	1210,7	1797	5084,4
Norte	644,91	76,03	159,63	219,72	283,78	357,21	447,71	566,85	729,6	1025,4	2583,2
Nordeste	614,99	58,79	141,37	202,22	258,59	327,02	402,17	509,2	662,49	893,26	2694,8
Sul	1159,66	175,08	346,53	479,39	606,55	722,03	855,53	1046,7	1300,9	1770,9	4293
Sudeste	1156,66	154,82	310,43	423,61	541,13	666,98	792,71	981,1	1251,9	1760,6	4683,3

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Ipeadata - <http://www.ipeadata.gov.br/>

Assim, na TABELA 4 identificamos que os rendimentos recebidos pela população em 1999 apresentavam grande desigualdade e, ao compararmos com os rendimentos do ano de 2012 (TABELA 5), confirmamos que as desigualdades ainda insistem em permanecer, principalmente as desigualdades regionais.

Deste modo, as medidas analisadas no decorrer desta seção nos mostram relativa melhora da desigualdade de renda no Brasil. Porém, apesar de as rendas estarem convergindo para uma melhora distributiva, os dados também revelam que ainda há grandes disparidades regionais que precisam ser combatidas e ainda, que nosso país ainda está muito distante de chegar numa condição de igualdade.

Na próxima seção foi desenvolvido um comparativo entre a desigualdade de renda do Brasil com a dos demais países do mundo para que tenhamos uma visão mais ampla da situação da desigualdade do país.

## 5 O BRASIL E O MUNDO: UMA COMPARAÇÃO DA DESIGUALDADE

Nesta seção é realizada uma comparação da desigualdade de distribuição de renda apresentada pelo Brasil com a desigualdade apresentada pelos demais países do mundo, sobretudo os países da América Latina.

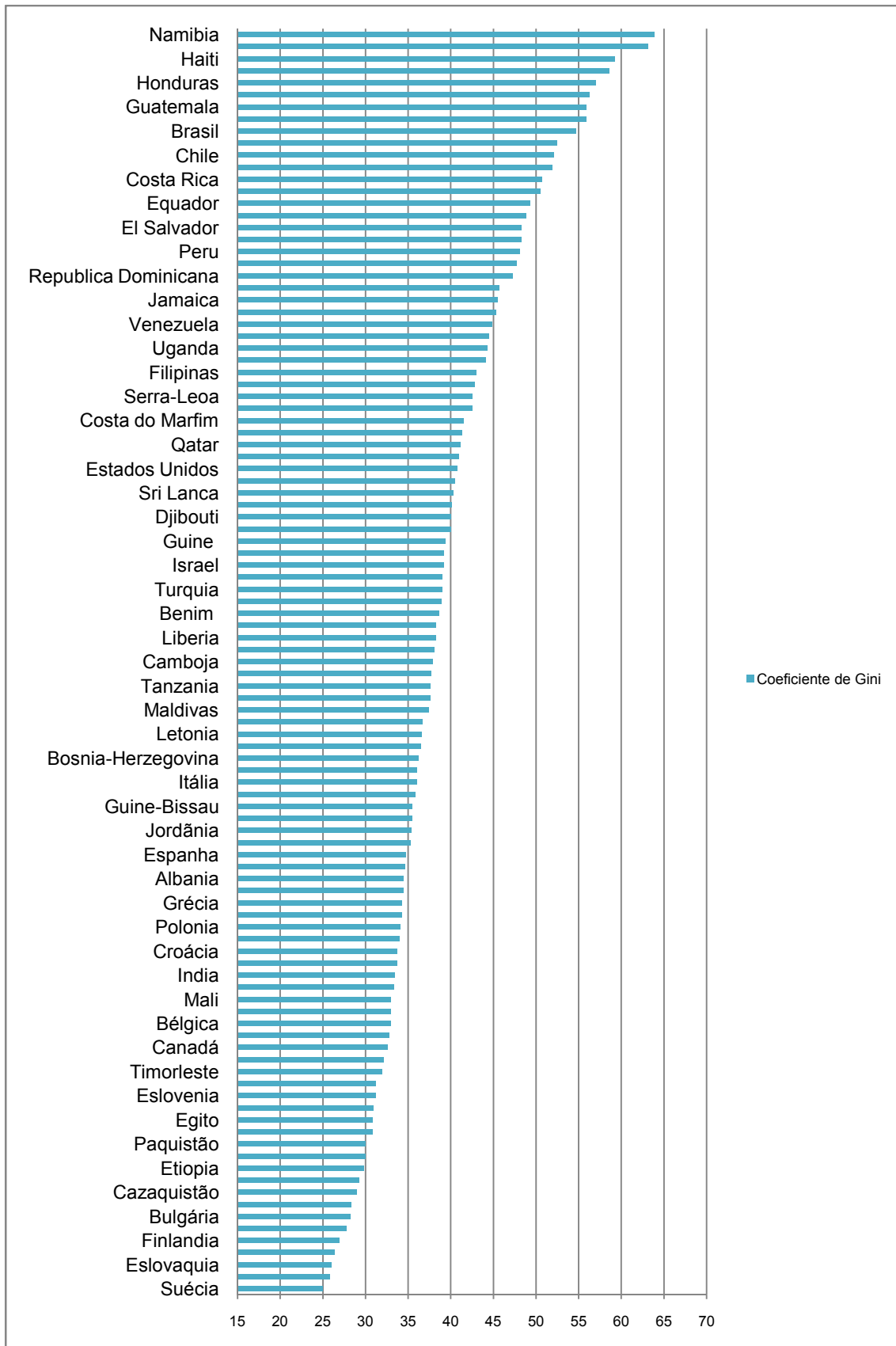
Apesar da recente melhora apresentada pelo índice de Gini, quando comparado internacionalmente, vemos que poucos países têm um grau de desigualdade maior que o do Brasil, conforme o GRÁFICO 4. A comparação foi realizada utilizando o coeficiente de Gini para 135 países para os quais há informação. Destes países, 63 dispõem de um coeficiente de Gini no intervalo entre 0,30 e 0,40. Já na América do Sul, a maioria de seus países apresenta valores elevados, no intervalo 0,45 a 0,60.

De acordo com dados do Relatório do Desenvolvimento Humano 2013, o coeficiente de Gini do Brasil representa um padrão de desigualdade alto, alcançado apenas por doze países com maior grau de desigualdade. Sendo que, dentre os países da América Latina, a desigualdade de distribuição de renda do Brasil só não é superior à do Haiti, Honduras, Bolívia, Guatemala e Colômbia.

A desigualdade de rendimentos também é um grande problema para toda América Latina e Caribe. A região é considerada a mais desigual do mundo. É uma desigualdade preocupante, principalmente na distribuição renda, mas também referente ao acesso a bens e serviços como educação, saúde, finanças, oportunidades de emprego, habitação, entre outros fatores que determinam o bem-estar da população. (ONU-HABITAT, 2012).

A média do coeficiente de Gini da América Latina e do Caribe tem sido superior a das outras regiões do mundo. Na região, os países mais desiguais na distribuição de renda são, ordenados do maior para o menor coeficiente, Honduras, Bolívia, Guatemala, Colômbia, e Brasil, todos com um coeficiente acima de 0,53. Abaixo de 0,50 estão Equador, El Salvador, Peru, República Dominicana e Uruguai. Argentina e Venezuela são os países com menos desigualdade de renda, Gini de 0,44. Ainda assim, são mais desiguais que os EUA 0,40, e que o país mais desigual da Zona do Euro (Itália), com um valor de 0,36.

GRÁFICO 4 - DESIGUALDADE DE RENDA – ÍNDICE DE GINI



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Banco Mundial. Relatório de Desenvolvimento Humano 2013, PNUD

Na América Latina, os 20% mais ricos da população recebem, em renda média per capita, cerca de 16 vezes a renda dos 20% mais pobres. A disparidade é grande na região, enquanto na Venezuela e no Uruguai, que são países menos desiguais, a diferença de renda entre o quintil mais rico e o quintil mais pobre não excede dez vezes, nos países com maior desigualdade pode ser superior a 20, sendo que o Brasil se destaca apresentando a pior desigualdade dentre os países, a renda dos seus 20% mais ricos é 22,5 vezes a renda dos 20% mais pobres.

TABELA 6 – RAZÃO ENTRE A RENDA FAMILIAR PER CAPITA DOS 20% MAIS RICOS E A RENDA DOS 20% MAIS POBRES - ANO 2012

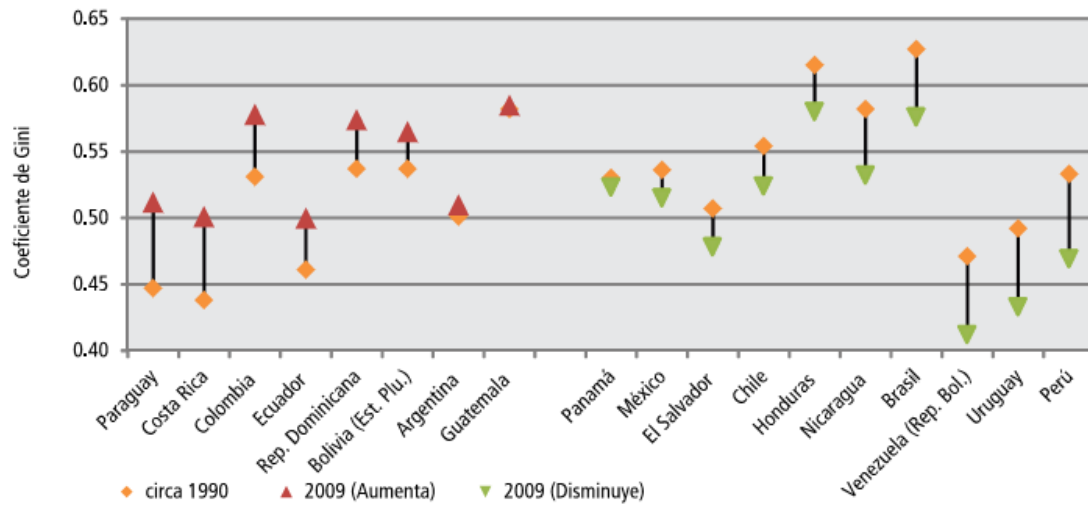
Razão entre a renda familiar per capita dos 20% mais ricos e a renda dos 20% mais pobres - Ano 2012	
Brasil	22,5
Panamá	22,0
Colômbia	19,8
República Dominicana	19,4
Costa Rica	16,5
México	14,0
Equador	12,9
Peru	12,7
El Salvador	10,3
Venezuela	9,4
Uruguai	7,3
<u>América Latina (média simples)</u>	<u>16,3</u>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da CEPAL: Divisão de Estatística. Unidade de Estatísticas Sociais, com base em tabulações especiais das pesquisas de domicílios dos respectivos países. Disponível em:

[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp)

Nos últimos anos diminuiu, em termos relativos, a concentração de renda da região. O desempenho melhorou em dez países, mas deteriorou-se em oito, incluindo a Costa Rica que, historicamente se apresentava entre os países com coeficiente de Gini mais baixos da região. As melhorias alcançadas são atribuídas a salários maiores, redução na diferença salarial e ampliação de programas de transferência em vários países. Porém, apesar do recente progresso, a realidade é que todos ainda mostram níveis muito elevados de desigualdade. (ONU-HABITAT, 2012).

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI NA AMÉRICA LATINA E CARIBE



Fonte: ONU - Habitat (2012, p.44)

Deste modo, constata-se que a América Latina é uma região com intensa desigualdade, e que o Brasil, com sua extrema disparidade, está entre os países que contribuem para agravar a situação da América Latina. E, ao comparar a desigualdade de renda do Brasil com a desigualdade dos demais países do mundo, só se confirma o quão preocupante e difícil é a situação do nosso país.

## CONCLUSÃO

Este trabalho desenvolveu uma descrição da evolução da desigualdade de distribuição de renda no Brasil no período 1999 a 2012. De acordo com os índices empregados para medir a concentração de renda, o resultado foi que realmente houve redução da desigualdade distributiva do rendimento familiar per capita neste período. Dos 0,59 em 1999, o coeficiente de Gini do Brasil passou para 0,53 em 2012. As demais medidas também revelam resultados otimistas, já que, não só houve a redução da renda apropriada pelos mais ricos, mas também uma elevação dos rendimentos dos mais pobres. Ou seja, as rendas parecem estar, lentamente, convergindo para a melhora do padrão distributivo de renda brasileiro.

No entanto, é fundamental reconhecer o quão profunda ainda é a desigualdade de renda do nosso país. A comparação com a desigualdade dos nossos países vizinhos da América Latina revela a perversidade de nossa disparidade distributiva. E se torna ainda mais preocupante quando comparamos com os demais países do mundo.

Importante lembrar que o foco deste estudo foi analisar a desigualdade de distribuição de renda, no entanto, fica como sugestão para um estudo futuro, analisar também a questão da pobreza do país no período. Assim, pode-se obter uma visão mais completa do atual cenário da desigualdade social do país, já que, de acordo com este estudo, o Brasil estaria em situação pior que alguns países que sabidamente vivem em situação de pobreza muito mais grave que a encontrada em nosso país.

Atualmente, o tema da desigualdade de renda tem sido discutido com certa frequência e, finalmente, alvo de políticas públicas. Isso pode ser visto como um progresso, já que, durante alguns anos esperou-se que a igualdade fosse alcançada como consequência do crescimento econômico, ou ainda pior, propositalmente colocada em segundo plano, como na tese de Delfim Neto de primeiro fazer crescer o bolo para depois dividi-lo.

Certamente o bolo já cresceu, e não parece que será dividido. Assim, estimular políticas distributivas é decisivo para que o comportamento de queda observado não pare por aí, mas que se torne uma tendência. Ou seja, torna-se necessário definir estratégias que dêem prioridade à redução das desigualdades, já



que, a redução observada nos últimos anos é apenas um pequeno passo de um longo caminho a percorrer.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre de Freitas; FREITAS, Gustavo Gomes de, **O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores**. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília (DF): IPEA, 2006.

Barros, Ricardo Paes de; Henriques, Ricardo; Mendonça, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, junho de 2001. (IPEA. Texto para discussão, 800)  
Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0211.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0211.pdf)>

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **CEPALSTAT: Base de Datos y Publicaciones Estadísticas**. Estadísticas e Indicadores. Acesso em: 15/05/ 2014. Disponível em:  
<[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.a.sp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.a.sp?idioma=e)>

DEDECCA, Claudio S; ROSANDISKI, Eliane Navarro. **Indicadores e distribuição de renda**. In: DEDECCA, Cláudio S. PRONI (2006). Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido. Campinas, SP.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Estudos Avançados v.15 n.41 São Paulo jan./abr. 2001. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a07.pdf>>

INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA (IPEA). Ipeadata. **Banco de Dados do Ipeadata**. Acesso em: 10/05/2014. Disponível em  
<<http://www.ipeadata.gov.br>>

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1978.

RAMOS, Lauro. **Interpretando Variações nos Índices de Desigualdade de Theil**. Texto para discussão/Nº 211. Março de 1991. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2516](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2516)>

ONU-HABITAT - Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. **Estado de las ciudades de America Latina y el Caribe: Rumbo a una nueva transición urbana**. ONU - Habitat, Agosto de 2012. Disponível em:  
<[http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=362&Itemid=538](http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=362&Itemid=538)>

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013: A Ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado**.  
<<http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>>